

CAMINHAR POR CENTROS HISTÓRICOS DE CIDADES AMAZÔNICAS: VER E SENTIR OS USOS DO TERRITÓRIO EM SÃO LUÍS-MA E BELÉM-PA

WALK THROUGH HISTORICAL CENTERS IN AMAZONIAN CITIES: SEE AND FEEL THE USES OF THE TERRITORY IN SÃO LUÍS-MA AND BELÉM-PA

José Arilson Xavier de Souza¹
Márcio Douglas Brito Amaral²

RESUMO: A cidade revela (des)encontros entre os sujeitos que a compõem e demarca uma dimensão da vida propiciada pelo uso do território. Caminhar pelos seus ambientes urbanos pode proporcionar *um* ver e *um* sentir espaços e tempos de modo em que se percebe a vida se (re)fazendo. Neste sentido, este artigo problematiza, tendo o caminhar como um ato de experimentação geográfico-educacional intencional de mundos, os centros históricos de duas cidades amazônicas: São Luís do Maranhão e Belém do Pará. A saber, três espécies de narrativas urbanas serão privilegiadas, quais sejam: a cidade como obra; a cidade como palimpsesto; a cidade como cenário. Dessa maneira, ao apresentarem semelhanças e particularidades, os centros históricos das cidades em tela revelam vicissitudes territoriais intrigantes, que só *pondo um pé depois do outro* para encontrarmos e aprendermos tais riquezas espaciais.

Palavras-chave: Cidade. Uso do Território. Caminhar. Educação Geográfica. São Luís - MA e Belém - PA.

ABSTRACT: The city reveals mismatches between the subjects that compose it and demarcates a dimension of life provided by the use of the territory. Walking through its urban environments can provide a *see* and *feel* spaces and times in a way that one perceives life (re) doing. In this sense, this article problematizes, having walking as an act of intentional geographic-educational experimentation of worlds, the historic centers of two Amazonian cities: São Luís do Maranhão and Belém do Pará. Namely, three types of urban narratives will be privileged, which are: the city as a work; the city as a palimpsest; the city as a backdrop. In this way, by presenting similarities and particularities, the

¹ Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís-MA. Coordenador do Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (Marielle). Líder do Grupo de Estudos sobre Espaço e Cultura (GEEC-Uema). Bolsista CAPES/BRASIL. E-mail: arilsonxavier@yahoo.com.br.

² Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém-PA. E-mail: marcioamaral29@gmail.com.

historic centers of the cities in question reveal intriguing territorial vicissitudes, which *only put one foot after the other* to find and learn such spatial riches.

Keywords: City. Use of the Territory. Walk. Geographic Education. São Luís - MA e Belém - PA.

PRIMEIROS PASSOS

A cidade é um universo complexo e plural, e, cotidianamente, revela (des)encontros entre os sujeitos e as suas espacialidades. Ela demarca uma dimensão da vida produzida por ações sociais banais, por necessidades, interesses, conflitos, imposições, negociações e resistências, bem como por práticas culturais diversas, abrangendo a arte, a festa, as crenças religiosas, a gastronomia, a língua etc. Isso tudo, contextualizada espaço e temporalmente, é a cidade usada do ponto de vista territorial.

De imediato, é preciso notar que aqui o território está sendo entendido, na acepção dada por Santos (1994), como “território usado”, sinônimo de espaço banal, portanto, não devendo ser confundido com uma perspectiva normativa e estatal (hegemônica). Assim, mais do que o controle do território e de seus limites, deve-se discutir as diferentes formas de seu uso, revelando que para além do aspecto econômico existem outros tipos de uso do território, os “territórios da sociedade” (RIBEIRO, 2011).

Os territórios da cidade são alcançados por diversos modos, o que pode incluir diretrizes teóricas e empíricas. Este artigo, por sua vez, propõe um modo especial de fazê-lo: caminhando. Partimos do pressuposto de que caminhar pelos múltiplos ambientes da cidade pode proporcionar ver e sentir os seus espaços e tempos, sendo possível perceber a vida se (re)fazendo. Todavia, este não pode ser um caminhar desprezioso. Daí, numa tentativa de aproximação e envolvimento com o acontecer da cidade, com base em Hissa (2017), quando aborda o trabalho de campo como experimentação intencional de mundos, e em Sousa Neto (2008), quando versa sobre aula de Geografia, num livrinho-convite para que se possa *ganhar o mundo*, propomos o caminhar como um ato de experimentação geográfico-educacional intencional de mundos.

A saber, fundamentados em Cavalcanti (2013), sugerindo o alcance da cidade *com os pés* e no intuito de gerar aproximação com os seus territórios usados, privilegiaremos a leitura de três tipos de narrativas urbanas, quais sejam: a cidade como Obra; a cidade como Palimpsesto; a cidade como Cenário. Eis uma questão de metáfora.

Ressaltamos que o “lugar do olhar” (GOMES, 2013) escolhido para essa caminhada foram os centros históricos de duas cidades (metrópoles) amazônicas: São Luís-MA e Belém-PA. Trata-se de espaços que desde a década de 90, século XX, têm sido objeto de intervenções urbanas por parte das políticas públicas em distintas escalas, visando torná-las competitivas na lógica do mercado mundial de cidades e do planejamento estratégico, mas que também têm sido espaços de disputas diárias entre diferentes e desiguais agentes espaciais.

Seguindo tais orientações, o artigo se organiza em quatro partes sequenciais. As duas primeiras apresentam, respectivamente, reflexões sobre os temas *Pedagogia geográfica* do Caminhar e a Cidade como Obra, Palimpsesto e Cenário em associação com a noção de uso do território. Na terceira e quarta parte, instigados por Mário Quintana (2005), quando o poeta esclarece, *Oh! Não há nada como um pé depois do outro...*, encaminhamos práticas de experimentação geográfico-educacional para que se possa ver e sentir usos do território nos centros históricos de São Luís-MA e de Belém-PA, capitais estaduais, espaços revestidos de impressionantes narrativas urbanas.

Façamos, pois, duas ressalvas: 1ª) as ideias que aqui lançamos, embora possam ser trabalhadas no ensino de Geografia em si, por meio de atividades aplicadas para jovens escolares e a partir das salas de aula, uma vez que creditamos várias referências deste campo, têm mais a ver com a noção de geografia educadora (CALLAI, 2011); 2ª) os caminhos pelos quais os leitores serão conduzidos não correspondem a uma cartografia exata e, pela brevidade da proposta e complexidade dos centros históricos, deixará para trás muitos espaços e tempos que mereceriam problematização, afinal, os nossos olhares e passos são sempre seletivos. Para a nossa sorte, caminhar é de graça...

PEDAGOGIA GEOGRÁFICA DO CAMINHAR

[...] educar na Geografia necessita dessas coisas de andar, sentir e pensar um bocado; de tal jeito que lá fora sob o céu ou a fumaça, o chão que sob os pés nos passa, tenha sabor de brincadeira e coisa séria.

[Manoel Fernandes Sousa Neto, 2008].

“Séria, solidária e boa. Boa ao ponto de andar e não cansar muito. E há que se aprender, a sentir e pensar, quando se passeia pelo mundo afora” (SOUSA NETO, 2008, p. 38). Assim continua as palavras de Manoel Fernandes no livro “Aula de geografia e algumas crônicas”, de onde extraímos a epígrafe acima: na nossa concepção, um livrinho-convite para que as aulas de geografia sejam, quando possível, realizadas a céu aberto. O Professor assina ali um manifesto que compreende a caminhada como forma (in)direta de aprendizagens sobre o mundo, se não explícitas, inevitáveis. Este estímulo é percebido nas entrelinhas, e tem seu ponto alto na crônica “Para caminhar pensando”.

Quem caminha pensa. De acordo com Yi-Fu Tuan (2012), esse é um dos desdobramentos do ato de caminhar: *um* pensar situado entre movimentos externos, ou seja, olhares problematizadores da paisagem à frente, e movimentos internos, isto é, que têm relação com o lugar e o olhar de cada sujeito no mundo, algo íntimo, subjetivo. Neste pequeno ensaio, intitulado “On Walking”, nos é lembrado que caminhar faz parte da existência e da realização humana e que as razões para fazê-lo são múltiplas.

Por tais perspectivas, posicionamos aqui o caminhar com fins pedagógicos. Discorreremos sobre uma determinada Pedagogia *geográfica* do Caminhar, noção a partir da qual se reconhece a potencialidade espaço-educacional do tatear o mundo e a cidade com os pés. “As caminhadas, assim entendidas, nos possibilitam construir um modo de sentir, de olhar e pensar a cidade. Caminhando, aprendemos a ler a cidade, isto é, a descortinar sua dinâmica sócio-espacial” (BEZERRA; CARDOSO, 2019, p. 14).

Neste ensejo, e a propósito da educação geográfica, comungamos com a ideia de Callai (2011, p. 18), quando a autora afirma:

Para oportunizar que as pessoas compreendam a espacialidade em que vivem, através da educação geográfica busca-se construir uma forma geográfica de pensar, que seja mais ampla, mais complexa, e que contribua para a formação dos sujeitos, para que estes realizem aprendizagens significativas e para que a Geografia seja mais do que a mera ilustração.

Alicerçados pelas ideias até então ventiladas, enxergamos em *tal* caminhar um ato de experimentação geográfico-educacional intencional de mundos (HISSA, 2017; SOUSA

NETO, 2008). Da fonte oportunizada por Hissa, anotamos a compreensão que o trabalho de campo é uma experimentação intencional de mundos; um exercício exploratório que tem um tanto de prática etnográfica e que incorpora os sujeitos do conhecimento no mundo em leitura.

Insistimos: experimentação intencional. Recomendamos, então, um modo de caminhada minimamente planejada do ponto de vista educativo, como fizeram, em parte, Bezerra e Cardoso (2019) no tocante ao Centro de Campina Grande-PB. Mediante andanças que visem fazer interpretar/compreender o espaço geográfico da cidade, a preocupação com a instauração de uma ambiência geográfico-educativa deve ser constante. E planejada não quer dizer fechada, pelo contrário: aberta ao mundo e aos seus sujeitos, abertura que pode fazer brotar conversações criativas, diálogos audíveis, seja caminhando por um *bairro de mansões* ou por um *bairro de palafitas*.

Como já sinalizado, somos conscientes de que “educar na Geografia necessita dessas coisas de andar”, inclusive para que *lancemos os pés* em direção às surpresas que nos esperam na esquina, na praça adiante, na estação de trem que se aproxima, no centro comercial nunca visitado, e que podem nos fazer outros seres humanos ao encontrá-las:

Experimentar o mundo é sentir o mundo, deixar se afetar por ele; e isso se dá nos lugares de existência, ao longo das vidas dos sujeitos. Quando nos referimos, aqui, à experimentação do mundo, enfatizamos vivências que nos poderão incorporar maturidades, saberes, modos de compreender, ouvir, ver, dialogar. A experimentação do mundo nos permite ampliar as nossas compreensões e, de alguma maneira, refinar as possibilidades de pensamento sobre o mundo e, especialmente no mundo (HISSA, 2017, p. 135).

Pôr um pé depois do outro, feito brincadeira de criança, e pronto, fascinantemente, o mundo já não é mais o mesmo da posição deixada. Caminhou-se no mundo... Caminhar no mundo para apreender e aprender a sua *gramática espacial* gravada na paisagem (DUNCAN, 2004) e no território é o que defendemos. Caminhar para ampliar os horizontes de vida. Assim, os espaços nos ensinarão, nos interrogarão e, se bem vistos e sentidos, nos inquietarão, ao ponto de quisermos conhecer as suas histórias e imaginarmos outros mundos possíveis, mais modernos (por que não?), menos desiguais, pensados para pessoas. O presente, tempo que pisamos rapidamente e deixamos para trás, nos mostra, a seu modo, espaços sedentos de críticas socioculturais.

A cidade, o mais desmesurado texto humano, feito de/por territórios usados, é um desses espaços que reclama para ser sempre mais conhecido, alcançado.

COM OS PÉS, ALCANÇAR A CIDADE COMO OBRA, PALIMPSESTO E CENÁRIO: USOS DO TERRITÓRIO

*Quem anda a pé aprende a usar os olhos
E sabe tocar de ouvido os ruídos da cidade*
[Vinicius Calderoni, 2012].

Ainda que descompassadamente, prosseguimos nesta seção tratando do saber-fazer andar a pé para alcançar a cidade, ruidosa que nem ela, provocadora de sensações múltiplas, repleta de narrativas urbanas e espaços metaforizados. O tratamento com as metáforas é útil porque facilita a mediação educacional ambicionada, haja vista que o próprio espaço geográfico é descrito através de diversas metáforas (CORREIA, 2012).

Dentre tantas linguagens que compõe o mundo, a música é relevante no que concerne à capacidade de metaforizar a cidade e revelá-la em letra e melodia. A música, ora pode funcionar como vetor de reconhecimento de paisagens, lugares e territórios citadinos, ora pode soar como estímulo para a concretização do encontro entre os sujeitos e a cidade e seus usos (CARNEY, 2007).

Como exemplo de música que pode mexer com os nossos pés em direção à cidade, colocamos para tocar “Juventude em marcha”, do artista-músico Vinicius Calderoni, na qual, em interpretação: a marcha pela cidade é iluminada pelo *contrabando* de ideias conseguido pela alternância entre as calçadas, escutando daqui, olhando ali e, como algo visceral, seguindo e seguido pelos pensamentos. É possível traduzir ainda da sua letra o seguinte: aprende bem a usar os olhos quem antes soube festivamente rumar os pés. Portanto, acompanhando os rastros de Calderoni, tomamos como frutíferas as suas musicadas palavras que dizem: “E porta à fora, uns três ou quatro passos, que alegria [...] ir metabolizando quadro a quadro as cores dessa tarde [...] Não é exatamente passeata, mas é hora muito grata para abrir os paladares”.

Enquanto mecanismo interessante à reflexão, com a licença da metáfora e fundamentados em Cavalcanti (2013), saboreemos a possibilidade de enxergar a cidade como Obra (criação), Palimpsesto (história) e Cenário (cotidiano), em outras palavras, uma escritura a ser decifrada, como diria Hissa (2017). E como bom decifrador, alguém que aceita de perto os enigmas da esfinge cidade, o caminhante é um enunciador de possibilidades quando o assunto é a sua organização espacial (CERTEAU, 2012).

O entendimento da cidade como Obra dá conta de que ela é uma criação social do homem, e que é marcada por diversas temporalidades. Trata-se de uma Obra pensada para a própria realização humana, na qual os objetos (ruas, calçadas, praças, parques, alamedas, pontes, edifícios etc.) cumprem funções significativas. Cavalcanti (2013) aponta que algumas questões não podem ser esquecidas na leitura dessa produção, como: a origem, o planejamento e a gestão urbana e os agentes modeladores do espaço. A autora lembra que esta é uma Obra pública, mas também privada, material, mas ao mesmo tempo imaterial, que pode ser moderna e repleta de contradições e com territórios que têm a cara da desigualdade social.

Em todo caso, caminhar para alcançar a cidade como Obra sugere que tenhamos conhecimentos sobre o seu processo de constituição, que é continuamente evolutivo. Neste exato momento ela está sendo produzida. E, nesse processo estaria a tarefa “[...] para os gestores e para práticas cidadãs – de imaginar, desejar, propor e projetar novos espaços urbanos para tornar possíveis novos modos de vida nas cidades” (CAVALCANTI, 2013, p. 84). Trata-se de projetável porque a cidade é obra sobre obra.

A cidade como Palimpsesto diz da compreensão da história materializada na paisagem urbana. Um mosaico de formas, conteúdos e significados de difícil apreensão, uma vez que não é fácil “olhar na cidade e ver nela o não visível” (CAVALCANTI, 2013, p. 85). Nessa qualificação de olhar a cidade, o caminhante fará um esforço do tipo memorial; aproveitar da paisagem como *janela* e imaginar os territórios usados de outrora, o que exige leituras profundas, contextualizadas, que se revelarão ora prazerosas, ora revoltantes, e, sem dúvidas, configurarão encontros com mundos construídos por homens comuns de um lado, e de outro lado com habitações dominadas por forças institucionais, ideologias poderosas. E, por esta lógica, quando redirecionar o seu olhar para os dias de hoje, para a vida cotidiana vista e vivida agora, o caminhante vai perceber que esta ordem espacial não mudou muito.

Como Cenário a cidade é lida a partir do cotidiano, cena na qual e onde tudo acontece e muito nos escapa: trama tecida por movimentações sociais diversas, (im)pensadas e(in)

esperadas; mundo aparentemente caótico, com personagens, papéis e significados conhecidos para autóctones e desconhecidos para estrangeiros. O espaço público é uma de suas mais relevantes expressões. Ali pulsa um espaço de conflitos, com territórios mais ou menos fixos e outros provisórios, alguns visíveis, outros nem tanto, nem sempre. Caminhantes são integrantes e essenciais deste mundo, sujeitos que também observam a cena da qual são parte. E, no nosso caso, por sinal, “olhar para o cenário, com a ajuda da geografia, é perceber essas cenas cotidianas como espaços abertos a percorrer e a descobrir” (CAVALCANTI, 2013, p. 87).

De tal modo, aproximar a Pedagogia *geográfica* do Caminhar do debate acerca do território usado torna-se um exercício fértil nesta pesquisa, pois tende a ampliar nossa visão da cidade. Nesta perspectiva, caminhar é perceber, também, as diferentes formas de uso e apropriação do território por trabalhadores, moradores e frequentadores do centro histórico das metrópoles amazônicas de São Luís-MA e Belém-PA.

Como afirma Ribeiro (2011), com o território usado o que se busca é a valorização da vida de relações, uma colocação do território dentro da problemática relacional do espaço, entendido como espaço banal, um espaço de todos e de todas as práticas, principalmente, aquelas mediadas pela solidariedade e pelo agir comunicativo.

CAMINHAR POR CIDADES AMAZÔNICAS

A perspectiva adotada acerca das cidades amazônicas corresponde a uma compreensão que as têm a partir de suas diversidades territoriais e urbanas. Por esta perspectiva, a Amazônia é vista não somente como um espaço de biodiversidade e/ou sociodiversidade regional, mas também como um ambiente urbanodiverso (TRINDADE JUNIOR., 2010), o que significa construir uma reflexão no plano teórico e no plano da ação política. No primeiro plano, há uma ampliação no entendimento acerca dos tipos de cidades e dos conteúdos da urbanização, e no segundo plano é possível a proposição de intervenções plurais em tais arranjos espaciais.

Se até a década de 1960 as cidades que dominavam a cena amazônica eram as “cidades da floresta” – pequenas cidades associadas à circulação fluvial, com fortes interações espaciais com a natureza, com vida rural não moderna, com a floresta ainda pouco explorada, com seus entornos imediatos e cidades próximas –, depois desse período começam a surgir as “cidades na floresta” – cidades instaladas na região em face do processo de modernização regional, apresentando forte articulação com demandas externas, deixando a floresta de fora da integração da sociedade aos novos valores da vida urbana e vendo-a principalmente como espaço de exploração econômica (TRINDADE JUNIOR., 2010).

Ancorados nessa premissa da diversidade territorial e urbana da Amazônia é que propomos *uma* caminhada pelos centros históricos de duas metrópoles amazônicas: São Luís do Maranhão e Belém do Pará. A primeira alcançou o patamar metropolitano há pouco tempo – final dos anos de 1990 e início de 2000 –, quando foi instituída pelo governo estadual como região metropolitana, apresentando um número populacional superior a um milhão de habitantes. Sua dinâmica recente, segundo Vicentini (2004), relaciona-se à presença das conexões existentes entre São Luís e o seu complexo portuário e a mina de Carajás (sudeste do Pará), sendo evidente que essa metrópole tem relação direta com os processos recentes de modernização da Amazônia oriental e meridional via grandes projetos minerais, logísticos, agropecuários etc. A segunda tem uma trajetória metropolitana mais antiga, tendo assumido, historicamente, o papel de cidade primaz da Amazônia, cujo reconhecimento veio desde a década de 1970, quando foi instituída pelo governo federal como uma das regiões metropolitanas brasileiras.

Em que pese o maior reconhecimento da história comum existente entre as metrópoles de Belém e de Manaus, em função, sobretudo, do papel que exerceram no período áureo da borracha no século XIX, não podemos negligenciar os períodos anteriores, momentos em que o Estado do Maranhão e Grão-Pará, cuja sede era São Luís, passando, depois de 1751, a sede para Belém, já como Estado do Grão-Pará e Maranhão, formava uma unidade administrativa separada do Brasil (CORRÊA, 1987). Do mesmo modo, não se pode perder de vista que a modernização recente vivenciada pela Amazônia reforça os laços existentes entre o Maranhão e o Pará por meio da manutenção da unidade de processos geográficos, principalmente pela implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos, agropecuários e logísticos (porto e ferrovia) que reestruturaram a dinâmica de uso do território do oeste do Maranhão e do sudeste e sul do Pará, o que provocou, também, a emergência de grandes conflitos.

Sem dúvidas, é rica e densa a história que essas duas cidades amazônicas possuem. Por ora, poremos *o pé depois do outro* a fim de encontrarmos parte disso condensada nos seus centros históricos.

Pôr um pé depois do outro e encontrar o Centro Histórico de São Luís-MA

A fim de daqui a pouco ensejar paradas, iniciemos a nossa caminhada por São Luís, situando-nos sobre o seu Centro Histórico.

São Luís é município e capital do Estado do Maranhão, nordeste brasileiro. Localiza-se na Grande Ilha do Maranhão, aninhado entre as baías de São Marcos e São José e banhado pelo Atlântico Sul e pelos Rios Anil e Bacanga. Inicialmente chamada de *Upaon-Açu* – Ilha Grande na linguagem dos povos nativos, os índios Tupinambás –, é o município mais populoso do Estado e o 15º mais populoso do Brasil, apresentando estimativas de 1.101.884 habitantes e uma área de 827.141 km² (IBGE, 2019).

Do período colonial, as terras que viriam a ser São Luís sofreram uma série de disputas territoriais engendradas por e entre indígenas, franceses, portugueses e holandeses. A sua história e *geografia* desvelam, até hoje, traços desses povos, a exemplo do que se encontra na arquitetura, em toponímias da cidade e nas maneiras de comer, rezar e festejar. Ademais, cumpre salientar que, em muito, a cidade faz reconhecer uma cultura intrinsecamente relacionada com o mar (MARTINS, 2012) – questão que aparecerá nas entrelinhas adiante. Em condição nacional e internacional, as praias, a gastronomia, as festas religiosas, o reggae, o bumba-meu-boi, o tambor-de-crioula e o Centro Histórico são alguns dos seus elementos mais procurados.

Aqui, *com os pés*, aportemos, intencionalmente, e em busca de novas experiências, as velas de nossas expedições (*pedagógicas*) no Centro Histórico. Ora utilizando binóculos para ver e sentir a história, ora palmilhando essa terra, enquanto Obra, Palimpsesto e Cenário, as nossas lentes têm como filtro os usos do território.

a) Ver e sentir os usos do território do Centro ludovicense como *Obra*

É o Centro Histórico de São Luís uma monumental Obra humana e social que requer que naveguemos por águas de diversos tempos a fim de caminharmos em direção a uma compreensão mais ou menos convincente sobre o seu espaço.

A saber, o conjunto urbanístico que compõe o Centro constitui o mais representativo parque arquitetônico produzido por portugueses nos séculos XVIII e XIX na América Latina (BOGÉA; BRITO; PESTANA, 2007), e que revela as condições sociais e econômicas vividas

na época. É, assim, um marco para a história brasileira e mundial. O Centro Histórico de São Luís compreende 220 hectares de extensão, possuindo cerca de 5400 imóveis tombados entre patrimônio histórico estadual e nacional (COSTA, 2016). Pelo relevante conjunto arquitetônico que possui, parte desse sítio foi reconhecida como Patrimônio Mundial em 1997 pela UNESCO.

Agora, subamos e desçamos em algumas das escadarias do Centro Histórico (Figura 1), obra formada por um sem número de pequenas outras obras, materiais e imateriais, significadas politicamente e com funções que estão em pleno vapor de produção urbana e de realização humana.

Da Figura 1 é possível visualizarmos a Rua 28 de Julho (popular *Rua do Giz*), Centro Histórico de São Luís. O registro foi feito próximo a Praça Benedito Leite – tida como uma das grandes centralidades da cidade –, em novembro de 2018, numa manhã de domingo enquanto transcorriam as atividades da Feirinha São Luís. A Feira compõe o programa municipal “Reviva Centro” e concentra, a cada domingo, desde junho de 2017, um grande número de vendedores de peças artesanais, como camisas que estampam o nome e/ou espaços da cidade de São Luís (a exemplo do próprio Centro Histórico) e de vendedores de comidas compreendidas como típicas. A música e a dança da festa que é a Feira são conduzidas por atrações maranhenses. Restrita a vendedores cadastrados, ali perto, fora da praça, um aglomerado de ambulantes, alguns deles moradores do Centro, anuncia o preço de seus produtos, insistindo e se virando na cidade produzindo a vida como uma arte-saber pautada na resistência (RIBEIRO, 2013).



Fonte: José Arilson, Nov., 2018.

Figura 1. Rua 28 de Julho (*Rua do Giz*) – Centro Histórico de São Luís.

No centro da imagem correspondente a Figura 1, podemos identificar homens carregando pandeirões que tinham acabado de utilizar numa apresentação de bumba-meu-boi do grupo que faziam parte. Na praça, além dos moradores locais, notava-se a presença de turistas aparentemente desejosos pela cultura maranhense. Do palco, o orgulho maranhense ganhava eco. Consegue ouvir? Uma vez praça, é bom parar e silenciar para ver os movimentos e escutar os *ruídos* da Obra se fazendo, isto é, tendo continuidade no espaço e no tempo pelas mãos e pés de diversos agentes sociais.

À sua maneira, a Feira, brevemente descrita, é parte integrante do Centro Histórico como Obra humana; tem o poder de significá-lo e, naquela conjuntura, desenvolve funções sociais dadas por razões econômicas, culturais e de lazer, campos representativos da animação humana na cidade. Ainda em referência à Figura 1, chamamos atenção para a magnitude da arquitetura e para a formidável rua que nos delinea o olhar. Os casarões são diferentes entre si (se não, vejamos as elevações e os tipos das janelas); a rua segue levando o nosso olhar para o fundo, como que num vale de um rio, e, à frente, apresenta-se com uma ladeira; se olharmos para os lados, outras ruas tentam-nos a visão. E o que tudo isso quer dizer? Caminhemos mais...

Inevitável, nos parece, porém, olhar para aquela massa toda de barro e cal, sensivelmente modelada, e não deslocarmos a imaginação para os séculos anteriores a ponto de nos perguntarmos: quem pôs a mão na massa para fazer aquilo ali? A mando de quem? Quais sujeitos habitavam aquelas residências e/ou comércios? Que homens frequentavam aquelas ruas? O que faziam nas ruas? Como os sujeitos avaliavam uns aos outros? Eles festejavam juntos? No transcorrer dos anos, e dos modos de *governar* o território, como tais formas foram ressignificados? O que a economia e os povos de alhures tiveram a ver com isso? E o negro, qual a qualificação de artista lhe coube? O que, de fato, esses tempos representaram para a humanidade?

São muitos os questionamentos. E eles são francamente multiplicados se atualizarmos tais questões para o tempo que faz hoje lá fora. Como que se fazendo por uma técnica artística, compreender esta Obra nos exige passadas largas entre a origem de São Luís e os dias atuais, saltitando, é claro, em vários outros períodos importantes a uma formatação que não cessa. Haja caminhar para ver e sentir... Uma primeira maneira de fazer é consultando os livros que contam a história do lugar. E caminhando pelo Centro podemos chegar até a Biblioteca Pública Benedito Leite, criada em 1831, e que conta com um acervo louvável neste sentido. A Biblioteca está instalada na Praça Deodoro, um interessante espaço público do Centro de São Luís.

Dali, indicamos um livro que, embora seja um romance, representa muito bem a história-Obra de uma época (século XIX) do Centro Histórico: “Os Tambores de São Luís”, de 1975, do autor maranhense Josué Montello, um profundo conhecedor e estudioso da cidade de São Luís; escritor do quão ela foi cruel com algumas classes sociais, fazendo pulsar contradições a cada esquina e instituindo territórios que eram a própria face da desigualdade social em tempos de escravidão. Atualmente, caso queiramos caminhar para saber mais sobre o autor citado e sobre o Centro Histórico de São Luís, ir até a Casa de Cultura Josué Montello. Ela fica a algumas tantas passadas da Biblioteca. Orientem-se ao ler algumas das palavras que esta Casa oferece.

Retornemos rapidamente à Rua 28 de Julho (*Rua do Giz*), na posição corporal posta pela Figura 1, a fim de descermos e pegarmos a segunda rua à direita, de nome Travessa Marcellino Almeida, sequenciada pela Rua da Feira Praia Grande, para irmos em direção à Praia Grande. É este um espaço-chave para compreensão do Centro.

A área da Praia Grande era uma reentrância do Rio Bacanga, local de origem de São Luís, depois das investidas francesas naquele território. A saber, São Luís é a única capital brasileira fundada por franceses. Segundo dados oficiais, a cidade de São Luís foi fundada

no dia 8 de setembro de 1612, e o seu nome – *Saint Louis* – prestou homenagem ao rei da França, Luís XIII. Daniel de La Touche, nobre francês, comandando uma expedição ao litoral maranhense, foi o incumbido da missão de fundar ali uma colônia com formas de uma *França Equinocial* (MARTINS, 2012).

Dessa empreitada francesa, duas ações foram cruciais para a dita fundação: a construção de um forte, onde hoje se encontra o Palácio dos Leões, sede do governo estadual; e a realização de uma missa, rito que, físico e simbolicamente, consolidava o domínio territorial francês daquelas terras (MARTINS, 2012). A Igreja Católica, ao cumprir o papel que lhe fora solicitado, foi outro agente espacial modelador dos territórios ludovicenses, como continua sendo até hoje.

A respeito deste credo religioso, em um breve passeio pelo Centro Histórico será possível encontrar uma série de igrejas. *Ajoelhemo-nos*, tão somente, sobre uma, situada a alguns metros do Palácio dos Leões e ao lado da Praça Benedito Leite: a Igreja de Nossa Senhora da Vitória, que faz referência à padroeira da cidade, e é também conhecida como Catedral de São Luís e Igreja da Sé. Inaugurada em 1622 pela Companhia de Jesus, esta Igreja mantém a sua forma atual do início do século XX, sendo tombada pelo IPHAN desde 1954. Ali, com sorte, o caminhante ainda pode ser *abençoado* com uma visita guiada pela sua história, vendo e sentindo objetos afins.

Com efeito, sabendo do tamanho e da diversidade religiosa do Centro, façamos, portanto, uma advertência: não é de nossa intenção endossar qualquer forma de preconceito, uma vez que acreditamos que geógrafos, como bons caminhantes, devem, caso seja preciso para conhecer e descrever o mundo, tocar tambor, sair em procissão e fazer peregrinação. Geógrafo deve caminhar para se educar e educar o mundo.

Veremos mais que só na Praia Grande é possível se banhar por vários estágios da Obra Centro Histórico, que é obra sobre obra, possuidora de uma história plural.

b) Ver e sentir os usos do território do Centro ludovicense como *Palimpsesto*

A noção de Palimpsesto aqui empregada se confunde com a noção de Obra, e se refere ao entendimento de que o Centro Histórico é uma construção, (i)material, constantemente escrita, interpretada, apagada e reescrita ao longo do tempo.

Como já sinalizado, no início da história de São Luís, grupos indígenas franceses, portugueses e holandeses povoaram relevantes capítulos deste texto palimpséstico. Após aquilo que se convencionou chamar de fundação, exercida pelo povo francês, a Obra seguiu e, em 1625, os portugueses, com a ajuda de espanhóis, numa batalha conhecida como “Guaxenduba”, expulsaram os franceses do Maranhão. Entretanto, em 1641, tais terras foram invadidas por holandeses, que três anos depois foram evacuados pelos portugueses novamente (MARTINS, 2012; COSTA, 2016). Aqui nem chegamos a simplificar os contextos e processos correspondentes com essa história. Por uma questão de formato do artigo, não nos coube fazer, contudo, reconduziremos a caminhada de modo a continuarmos a entrar em espaços que podem nos ajudar neste sentido (geográfico-educativo).

Em todo caso, lembramos que são muitos os (re)escritores do Centro, e essa é uma dimensão difícil de ser apurada em sua complexidade. Por isso, não nos aflijamos querendo alcançar tudo: uma nova caminhada será sempre necessária à construção do conhecimento. Por ora, vejamos e apreciemos o Centro Histórico ludovicense de cima (Figura 2) – um Palimpsesto de paisagens e horizontes caminháveis.

Tendo este panorama à vista (Figura 2) – quase aéreo –, as formas que compõem o mosaico Centro Histórico são alcançadas por uma perspectiva diferenciada, sendo possível aceitarmos uma pretensa imitação do mapa por sua logística de orientação, bem como por nos instigar ao encontro com os conteúdos simbolizados, potencial e limitadamente, no plano do *papel*. Antes, mais uma assertiva: “é preciso andar para aprender e voar para compreender” e, “ali, onde o mapa se abre, a viagem começa” (SOUSA NETO, 2008, p. 55). A partir de tal perspectiva corporal, se sentida refletidamente a poética solar, é provável que nos enchamos de vontade de caminhar ao ponto de vermos mais da cidade passando sob as solas dos nossos pés.



Fonte: José Arilson, Ago., 2019.

Figura 2. Panorama do Centro Histórico de São Luís.

Todavia, ainda do terraço, exercitemos a qualificação de olhar a cidade. Façamos correr o olhar sem grandes encargos, mas de modo consciente. É interessante vasculhar os caminhos deste *mapa*. Este fato requererá, inevitavelmente, reflexões do tipo memorial, que na maioria das vezes só encontrarão asas quando em terra firme. Até lá, aproveitando da paisagem-*janela* temporal dessa tarde, facilitemos algumas das pegadas territoriais: a própria sede do Solar Cultural (de onde se alcançou tal registro) é um sobrado de outros tempos e pomposo em sua arquitetura; do arranjo paisagístico visto, nota-se formas mais modernas que outras (os casarões que aparecem à esquerda e à direita do plano central da figura, por exemplo, são formas aparentemente deixadas por outras sociedades e que não encontraram nos tempos atuais novos usos); a torre da Igreja que desponta no lado esquerdo do horizonte citadino representado demarca ação religiosa de um grupo cultural no território; pela ponte do São Francisco, plano superior e lado direito da imagem, é visível a divisão entre uma São Luís histórica e uma São Luís moderna, o que não quer dizer que uma não esteja contida na outra no todo que hoje é a cidade.

Ao descer dali e caminhar, outros casarões serão encontrados, marcas da modernização do território serão notadas logo ali na esquina, os mendigos que não foram vistos poderão

ou não lançar ao vento algumas palavras, muitas outras igrejas rezarão para a nossa entrada, outras só com muita artimanha serão encontradas, e toda esta profusão de coisas acontecendo se inscreve como a cidade em seu estado palimpséstico: aquilo que é, depois de alguns passos, poderá ter se transformado em outra coisa, sendo percebido ou não. Em investidas deste tipo pela cidade, não raro pode acontecer que a imaginação seja tentada a conjecturar como que os territórios percorridos eram usados em tempos que ficaram para trás. Para melhor compreender tais quadros, leituras profundas e contextualizadas são necessárias.

Retornando à questão da história como posta no parágrafo dois desta seção, no intuito de alargar o conhecimento sobre a cidade Palimpsesto que é o Centro Histórico de São Luís, como anunciamos, continuemos caminhando até alguns espaços do tipo memorial que a própria cidade oportuniza, emitindo, portanto, mensagens sobre si. Nisto implica esclarecermos que, pedagogicamente, alguns desses espaços têm caracteres governamentais, e, assim, retratam, na maioria das vezes, histórias tidas como oficiais. Então, sabendo disso, como bons caminhantes, cabe à gente, depois de tais experiências, desenvolvermos a capacidade de saber ver os lugares de outros modos.

Uma vez na rua, dando até uma guinada no caminho para pisar a Praça Deodoro – como popularmente é conhecido o complexo das praças citadas acima –, dirijamo-nos a oeste, mas aceitando a possibilidade de parar quando oportuno para ver e sentir as chamativas situações urbanas, para encontrar o Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM), que é outro solar, o solar da família Gomes de Sousa, construído em 1836 durante o período áureo do cultivo do algodão em São Luís. Cumprindo cerca de dez minutos de caminhada, caso optássemos por não parar, e eis um espaço que dificilmente foi visto lá de cima, mas que reúne muito da história vivida no Centro Histórico. Como representação imagética, este Museu tenta reproduzir a casa da alta sociedade maranhense dos séculos XVIII e XIX, possuindo e expondo um importante acervo de peças. Assim, pela sua arrumação interna, alguns códigos estéticos podem nos ajudar a entender o quão escravocrata, machista e preconceituosa era aquela sociedade, e como que em tal contexto a *cultura europeia* foi apropriada pela elite maranhense para justificar a reprodução de determinadas desigualdades urbano-sociais.

Após imersão no MHAM, intentemos chegar à Superintendência do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no Maranhão. Subindo e/ou descendo ruas, por também aproximadamente dez minutos, caso a cabeça não diga às pernas para pausar nos lugares, a ida ao Instituto é providencial para entendermos sobre a lógica preservacionista e de tombamento do Patrimônio Cultural de São Luís, cujo destaque cabe às edificações da cidade colonial portuguesa do século XVIII, bem como às manifestações de tambor de crioula e do bumba meu boi. De certo, bem se debruçar sobre este conteúdo pode fazer das caminhadas que se seguem um tipo de Educação Patrimonial no qual o cidadão é agente primordial, seja ele morador ou visitante (COSTA, 2016). Nesse processo, estaria a tarefa “para os gestores e para práticas cidadãs – de imaginar, desejar, propor e projetar novos espaços urbanos para tornar possíveis novos modos de vida nas cidades”, como preconiza Cavalcanti (2013, p. 84).

No IPHAN, nós já estamos no núcleo principal do Centro Histórico e de volta à Praia Grande. Dali mais algumas *pernadas*, cruzando o *Reviver* – pauta na seção que se segue –, podemos bater à porta da Casa do Maranhão para mais uma visita de cunho geográfico-educacional intencional de mundos. A Casa do Maranhão fica quase às bordas do Cais da Praia Grande. De estilo neoclássico, o edifício que abriga esta que é uma espécie de *Casa do Folclore Maranhense*, é imponente e impressiona os olhares. A ideia

de passarmos por aqui após sairmos do IPHAN, não que o inverso não possa ser feito, diz respeito à necessidade de tornarmos visual, pelas peças postas à mostra, parte dos elementos culturais, a exemplo do tambor de crioula e do bumba meu boi, condensados nas páginas dos livros e/ou encartes expostos, vendidos ou doados pelo IPHAN.

Com alegria, a depender do mês do ano e do dia da semana, a caminhada por aquelas ruas pode ser agraciada pelo *tã tã tã* dos tambores de crioula e pelos gritos de *oia o boi, oia o boi, oia o boi* dos grupos de bumba meu boi que por ali se apresentam, seja em festivais ou de modo *espontâneo*, seja para turista entreter e morador ver e participar. Fato é que a Praia Grande é um espaço-território usado que comunica a presença de vários cenários urbanos, mais ou menos (im)previsíveis.

c) Ver e sentir os usos do território do Centro ludovicense como *Cenário*

Enquanto Obra, como vimos, a Praia Grande corresponde ao núcleo inicial de São Luís do ponto de vista comercial-urbano. Como Palimpsesto, ela possui marcas da superposição de passados que fazem, ativamente, parte da vida coletiva, incorporando e recusando, ao longo do tempo, formas, funções e significados. E, como no passado, hoje, uma vez com as águas correndo para baixo, as ruas altas da cidade parecem quase sempre desaguar na Praia Grande, como se ela fosse uma foz do rio Centro Histórico.

Não precisamos de muito tempo na Praia Grande, mesmo quando ainda não sabemos identificá-la pelo nome, como no caso dos *marinheiros de primeira viagem*, para percebermos que grande também é a sua capacidade de concentrar movimentos sociais, alguns anunciados, outros se pondo em cena sem comunicação prévia. Destarte, o esforço para escrever sobre este arranjo espacial é contínuo, e isso porque a vida cotidiana como Cenário da cidade sempre nos escapará às mãos, aos olhos e aos pés.

Assim como “não se pode entrar duas vezes no mesmo rio”, algo que nos dissera Heráclito, um antigo pensador, não se pode caminhar e ver duas vezes a mesma cena urbana. Ela jamais se repete, e o próprio sujeito também se modifica a todo instante, seja emocionalmente, pela sua história, seja pela posição física em que vê as coisas acontecerem. Valendo-nos de tal advertência, transbordando em alguns momentos ao seu enquadramento, experimentemos, pois, imergir em uma cena urbana vivida no Centro Histórico de São Luís na tentativa de lançarmos luz sobre as águas territoriais daquele oceano incessantemente usado.

De início, paremos num dos blocos de rocha que servem de assento no *Reviver*, de onde é possível vermos e sentirmos a Praça Nauro Machado ao fundo (Figura 3).



Fonte: José Arilson, Out., 2018.

Figura 3. Centro Histórico de São Luís, *Reviver*, Praça Nauro Machado.

A cena pretensamente congelada pela fotografia diz respeito a um final de tarde de uma sexta-feira. Na cidade, este dia é apontado como aquele em que a trama social fica mais aquecida no Centro. Entre meados da tarde, quando parte das pessoas que por ali trabalham ou estudam deixam os seus postos e buscam aquele lugar, até, mais ou menos, meia-noite, quando fica flagrante o esvaziamento, e que, inclusive, caminhar pode se tornar menos seguro, o espaço faz valer uma fluidez impressionante de grupos sociais. Pelas vestimentas e comportamentos, como também por escutar o Cenário, identificamos trabalhadores, estudantes, turistas, ludovicenses, vendedores ambulantes, hippies, agentes da segurança pública, moradores de rua, artistas locais, casais de namorados, grupo de amigos, entre outros. Com o anoitecer, a frequência dos grupos e sujeitos pode variar. Enfim, estamos no *Reviver*.

Esta área do Centro Histórico, equivalente ao coração da Praia Grande, onde *todo mundo* se encontra, é popularmente conhecida como *o Reviver*, um legítimo espaço público de dimensão humana (GEHL, 2015), nós diríamos. Entre os jovens, público expressivo por ali, este espaço ainda é territorializado, simbólico e linguisticamente (BONNEIMAISON, 2012), quando é renomeado de *Revis*, um código que pode afigurar-se estranho aos indivíduos que não conhecem o lugar. Pela nossa interpretação, a tal abreviação revela o sentimento de carinho que determinados sujeitos nutrem por aquele espaço, como um ponto de encontro caloroso instaurando porrelações territoriais pouco palpáveis. “*E esse Revis?*” Essa é uma forma linguística pela qual as pessoas perguntam umas as outras se elas têm pretensão de ir ao *Reviver*, tendo, por extensão, em alguns casos, efeito de convite ou provocação para tanto.

Contudo, precisamos mergulhar na história para entendermos melhor desta apropriação. A ideia de *Reviver* tem conexão com as políticas públicas direcionadas à restauração e revitalização do Centro Histórico, algo que ocorre desde a década de 1970, a exemplo da ação que ficou conhecida como “Projeto Praia Grande/Reviver”, de 1979. Fato é que na década de 1980 o conjunto arquitetônico do Centro atravessava um momento preocupante e, no governo estadual de Epitácio Cafeteira Afonso Pereira (1987-1990), o projeto de revitalização

do Centro foi retomado. Além da restauração de prédios, o governo, muito preocupado em imprimir uma marca pessoal a partir do Centro, empreendeu uma política de tombamento, criou comissões de estudos e planejamento, entre outras ações, chegando a modificar o nome do “Projeto Praia Grande” para “Projeto Reviver” (REIS, 2010).

É preciso lembrar que as intervenções no Centro não cessaram de lá para cá e aqui estamos: na Praia Grande, no *Reviver*, no *Revis*, sentados depois de caminhar e para caminhar novamente logo mais (Figura 3). Daqui vemos corpos interagindo entre si e com o espaço, se fazendo espaço, territorializando a vida por meio das suas mobilidades que volta e meia são interrompidas para que daqui a pouco o mundo seja redescoberto como espaço a ser percorrido (CRESSWELL; MERRIMAN, 2011).

Sentado, ao lado da gente, temos a companhia de uma hippie, uma figura que bem sabe constituir territórios provisórios. Voltando na rua em que estamos – a Rua da Feira Praia Grande, citada no item *i*, acima –, que funciona como um tipo de portão de entrada para o *Reviver*, muitos outros hippies podem ser encontrados em franca apropriação das calçadas sob a intenção de expor os seus artesanatos e chamar atenção dos sujeitos que por ali passam caminhando. No canto esquerdo (Figura 3), na parte central do registro, é possível ir tomar uma água, um *jesus* – guaraná criado num pequeno laboratório de São Luís em 1927, hoje produto incorporado por uma grande empresa multinacional – ou, com sorte, uma *magnífica* – cerveja maranhense à base de mandioca que traz em seu rótulo a marca dos azulejos de São Luís. Nas intermediações dessas ruas outros vendedores ambulantes são encontrados.

A Praça vista no cerne e no plano superior da Figura 3, atualmente, por meio de sua toponímia, homenageia o poeta e escritor ludovicense Nauro Diniz Machado. No período das festas de São João em São Luís – predominantemente no mês de junho – esta Praça vem sediando o Arraial da Praia Grande, recebendo várias apresentações músico-culturais, entre elas as de bumba meu boi.

Da imagem (Figura 3), vemos sujeitos *simplesmente* exercendo a prática de *ser* nos espaços da cidade, podendo ocorrer, uma vez ou outra, pequenos conflitos territoriais que perpassam pela afirmação da identidade, individual ou dos grupos. Além dos grupos já citados, a Praça e o seu entorno também são buscados pelos públicos ligados aos movimentos LGBTs, hip hop, reggae e de teatro de rua, entre outros, configurando-se como um substrato físico da cidade extremamente pulsante, democrático. A escadaria, no plano superior esquerdo, que compõe a Praça e a cena, funciona como um tipo de vitrine social e retrata bem o que estamos afirmando.

Ao descermos da escadaria, depois de na Praça da Pacotilha, encontrada após o último degrau acima, sigamos em passos de reggae por cerca de 130m até outro espaço-museu a fim de aprofundarmos a faculdade aprendida ao caminhar: o Museu do Reggae do Maranhão. E no caminho, para colorir a visão, casarões com azulejos portugueses na Rua Portugal. A pedagogia deste Museu celebra e conserva parte da história do reggae no Maranhão, e em especial de São Luís, este que é um movimento social tão expressivo para a identidade da cidade, assim como do próprio Centro Histórico. Seria São Luís a “Jamaica brasileira”? Muitos se perguntam. E, de fato, essa é uma representação simbólica projetada nacional e internacionalmente. Assim como o livro de Freire (2012), o Museu pode nos ajudar a dançar pelas páginas da história e, quiçá, até nos identificamos com a narrativa de resistência contida neste ritmo musical jamaicano que conheceu no Maranhão formas culturais de apropriação local.

Notadamente, o Museu é midiaticamente apelativo quanto ao plano turístico de São Luís e do seu Centro. Em associação com este aspecto urbano-social, apresenta por meio de seu

acervo explicações de como o reggae se espalhou pela cidade, influenciando o modo de vida de determinados grupos populacionais, afinal, no Cenário ludovicense, o reggae é um expressivo movimento social de ordem cultural, econômica, política e *quase religiosa*. Salientamos ainda que desde 2018 a UNESCO reconhece o reggae (jamaicano) como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade – justamente por entender que esta música contribui para o debate sobre a Humanidade, focando em temas como preconceito, discriminação, intolerância, justiça social, igualdade, liberdade de pensamento, paz e amor –, e o movimento reggae na cidade de São Luís, não escapando ele próprio das tramas do preconceito velado, tem sabido adicionar esta qualificação às suas produções. O próprio Museu do Reggae põe isso em cena.

Saber um pouco mais sobre o reggae pode dar outro significado ao caminhar pelo Centro Histórico de São Luís, propiciando entender melhor por que aquele Cenário urbano é tão suscetível a este ideário, tão intenso ali: uma *pedrada*. O reggae aparece significado na camisa do hippie que sentamos ao lado, nas pulseiras que ele põe nos braços do mundo, nas rodas de amigos que não raro se concentram pelo Centro em torno de uma aparelhagem de som, em bares temáticos da Praia Grande, como nas bandas e radiolas, sustentando imagens da cidade e a cabeça da *negrada*.

Por conseguinte, como o reggae é democrático, e agora que lembramos que estamos numa sexta-feira à tarde, adentremos ao Mercado das Tulhas, também conhecido como Feira da Praia Grande e Casa das Tulhas, em busca de um samba. Em algumas noites, ali também é possível acompanhar o som e as performances dos tambores de crioula. O Mercado fica a poucos passos do Museu do Reggae e lá, além do samba, é possível encontrar livretos e artesanatos que imitam os azulejos encontrados em antigos casarões do Centro, cuxá e temperos diversos, camarão seco e juçara, doce e palha de buriti, bacuri, cupuaçu e tiquira. Não por acaso, este Mercado sedia volta e meia um festival de cunho gastronômico. Se deixar enredar pelos caminhos do Mercado pode fazer com que conheçamos melhor os costumes locais e a história da cidade, fazendo reviver o Centro (NORONHA, 2015).

O espaço no qual o Mercado está instalado, uma construção do século XIX e que atualmente se encontra em reforma, e o Porto da Praia Grande são símbolos da pujança econômica de São Luís entre os séculos XVIII e XIX. A Casa das Tulhas, como era chamada na época, funcionava como celeiro público, onde se abrigava os produtos comercializados. Destes, destacaram-se os gêneros associados ao algodão, ao arroz e à cana. Em consequência, com a criação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão em 1755, muitos investimentos foram feitos em grandes áreas de plantação no interior do Estado, material que era enviado a São Luís e movimentava o Porto e a Casa das Tulhas em direção a diversos recantos no Brasil e à Europa (MARTINS, 2012). Instaurava-se, assim, um quadro urbano dinâmico em termos econômicos.

Entendemos, portanto, que parte da história de São Luís está relacionada com a navegação, e com a vizinha Belém estabelece trocas desde o século XVII. Caminhando sobre os barcos, navegaremos até este outro importante Centro da história da Amazônia.

Pôr um pé depois do outro e encontrar o Centro Histórico de Belém-PA

Ao tentar entender Belém como um espaço de acúmulo de tempos desiguais, Trindade Júnior (2018), afirma que a Belém portuguesa, com seu forte e casario colonial de origem no século XVII, vai se acrescentando uma nova camada, a Belém italiana, com suas igrejas barrocas, seus palácios e espaços públicos originados do século XVIII pelos traços de Antônio Landi, posteriormente, no século XIX, se desenha uma Belém

da modernidade, com seus padrões urbanísticos franceses e ingleses da chamada Belle Époque europeia e, por fim, compondo esse ecletismo, uma Belém miamizada, com seus edifícios que tem o céu como limite, numa paisagem pós-moderna. A esse cenário, deve-se acrescentar o tempo lento da floresta e do rio, das canoas e barcos, bem como dos habitantes e produtos de sua hinterlândia (TRINDADE JÚNIOR, 2018).

Partindo dessa descrição do centro histórico de Belém e seu entorno, ou do centro e de seus bairros pericentrais, como prefere Trindade Júnior (2018), gostaríamos de apresentar essa mesma cidade, mas mudando a posição do observador, tendo clareza de que os processos são contraditórios e que nossa condição colonial, escravista e patriarcal/patrimonialista torna nossa realidade particular. Ao invés de olhar a partir do barco ou da canoa, de onde Trindade Júnior (2018) descreve o *skyline* de Belém, vamos percorrer a cidade por dentro, entre becos, vielas, avenidas e praças, entre arranha-céus, igrejas e casarões e casebres e quem sabe nela nos perder como um flâneur.

a) Ver e sentir os usos do território do Centro belenense como *Obra*

Nossa caminhada pelo Centro Histórico de Belém se inicia na Cidade Velha, em frente ao Forte do Castelo, no Largo da Sé, na chamada “Feliz Lusitânia”, o núcleo inicial da cidade. Além do Forte, destaca-se a Igreja de Santo Alexandre, o Casario da Rua Padre Chapagnat, a Praça Frei Caetano Brandão, a Casa das Onze Janelas e a Catedral da Sé. A essas paisagens devem-se acrescentar os sujeitos e seus diferentes e desiguais usos do território nessa área: trabalhadores, moradores, frequentadores etc.

Em seguida, a caminhada continua pela primeira Rua de Belém, a Siqueira Mendes (antiga Rua do Norte), onde se encontra a Casa Rosada e um conjunto de portos e trapiches que articulam a metrópole com cidades e povoados ribeirinhos. Ao final da rua encontramos o Largo do Carmo, com a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, o Colégio e a Praça do Carmo, o Fórum Landi e o Beco do Carmo, um espaço segregado esquecido pelas políticas públicas e pelos estudiosos da cidade.

Seguindo pela Rua Dr. Assis em direção ao canal da Av. Tamandaré, encontramos o suntuoso Palacete Pinho, inspirado em palácios e vilas italianas do século XVI, comuns na Portugal dos séculos XVII e XVIII. Retornando em direção a Praça Dom Pedro II passamos pela Capela de São João Batista e o Palácio Lauro Sodré (Museu do Estado do Pará), obras do arquiteto Antônio Landi, bem como pelo Palácio Antônio Lemos (Museu de Artes de Belém), o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP – Solar do Barão de Guajará, antiga residência particular), a Praça Dom Pedro II e a Praça do Relógio, praças construídas na antiga área alagada do Pirí (ou Pirí de Juçara), que interligava o núcleo da Cidade ao da Campina.

Atravessando com cuidado a Praça Dom Pedro II, devido ao intenso fluxo de veículos, mas também pela intensa presença de moradores de rua, viciados e assaltantes, encontramos o núcleo da Campina, conhecido como bairro do comércio, antiga área comercial e de serviços de Belém nos séculos XVII e XVIII que passou por ricas transformações no período da belle époque e que atualmente abriga importante centro comercial voltado ao comércio popular e ao circuito inferior da economia.

Na gênese da Campina foram imprescindíveis o convento dos capuchos de Santo Antônio (1626), localizado no final da cidade, e a Igreja e o convento dos Mercedários (1640), localizados entre o convento e o Forte do Castelo. No Largo das Mercês (atual Praça Visconde Rio Branco) surgiu uma feira que comercializava produtos desembarcados

na praia, ao lado da igreja das Mercês. Neste núcleo existia, ainda, a Fortaleza de São Pedro Nolasco e a Santa Casa de Misericórdia (BELÉM, 1997).

Como esse núcleo das Mercês ficava entre o Forte do Castelo e o convento de Santo Antônio, a ligação entre eles deu origem às atuais ruas, Conselheiro João Alfredo e Santo Antônio; sendo a primeira conhecida, à época da borracha, como Via dos Mercadores, uma rua ocupada por uma classe mercantil, formada por imigrantes sírios, libaneses, italianos, portugueses e judeus, que nela construíram suas residências, armazéns e lojas comerciais de artigos de varejo, livrarias, sapatarias, perfumarias etc.. Era comum encontrar nessas ruas o comércio no pavimento inferior e a residência da família no superior e, a depender da capacidade financeira dessas famílias, a residência possuía eira, beira e tribeira em sua testada. Um exemplo desse tipo de empreendimento comercial da época é a loja Paris N'América, ainda em funcionamento.

Saindo da Rua Santo Antônio em direção a Rua Senador Manuel Barata, encontramos o Largo da Palmeira, uma área de 15.000 metros quadrados onde funcionava desde o período da borracha até fins da década de 1960, uma fábrica de biscoitos finos, caramelos, bombons, açúcar refinado, café moído, massas, doces finos e chocolate, pertencente a firma Jorge Corrêa & Cia. (BELÉM, 2001) e que, atualmente, funciona um estacionamento subterrâneo e uma pequena área de comércio popular construídos pela Prefeitura de Belém, num espaço requalificado, denominado “Espaço Palmeira”.

No seu entorno encontram-se, de um lado do quarteirão, a Igreja de Santana (Sant'Ana), uma igreja frequentada pela elite patriarcal branca onde a presença de pretos não era bem vista e, do outro lado, a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, devotada a participação negra nas cerimônias religiosas. Por fim, nesse entorno da Palmeira, tem-se a Praça Maranhão.

Caminhando em direção às cotas mais elevadas, encontramos a Praça da República e a Av. Presidente Vargas. A Praça da República é uma autêntica representação da belle époque, especialmente porque abriga o imponente Teatro da Paz, utilizado em sua gênese para apresentações teatrais, para realização de ópera e como salão para bailes. Sobre a praça podemos dizer que era um espaço de lazer que também reproduzia a moda parisiense. De acordo com Barros e Tavares (2016) nesse período de modernização do séc. XIX foi instalada na praça, lagos e chafarizes, arborização, principalmente de mangueiras, bancos ripados e ferro forjado, vasos, bordaduras, torrões, pontes etc., bem como alguns monumentos que exaltavam a beleza da cidade, como pequenas estatuetas com imagens alusivas aos índios. Ressaltamos que essa praça é um dos mais importantes espaços públicos da cidade, lugar de encontro de diferentes e desiguais grupos sociais, especialmente aos domingos pela manhã.

Na Praça da República ainda é possível encontrar o Bar do Parque, recentemente revitalizado e transformado em espaço enobrecido, um exemplo dos quiosques de madeira e ferro *Art Nouveau* que foram instalados ao longo da Avenida Presidente Vargas para comercialização de produtos a retalho (BARROS; TAVARES, 2016). Do outro lado da rua encontra-se o Cinema Olímpia, considerado o mais antigo do Brasil ainda em funcionamento, e o antigo Grande Hotel, que foi demolido, para dar lugar à moderna hotelaria internacional.

Da Avenida Presidente Vargas, antiga 15 de Agosto, que funcionava, segundo Penteado (1968), como o principal corredor econômico do novo centro comercial da cidade, bem como onde se dava a circulação de sua vida social, era possível verificar a presença de casas importadoras, escritórios das grandes companhias de navegação, lojas finas de confecções, principais hotéis, bares, restaurantes, cafés, emissoras de rádio, edifício de correios e telégrafos etc. Além disso, essa via permitia acesso facilitado às áreas

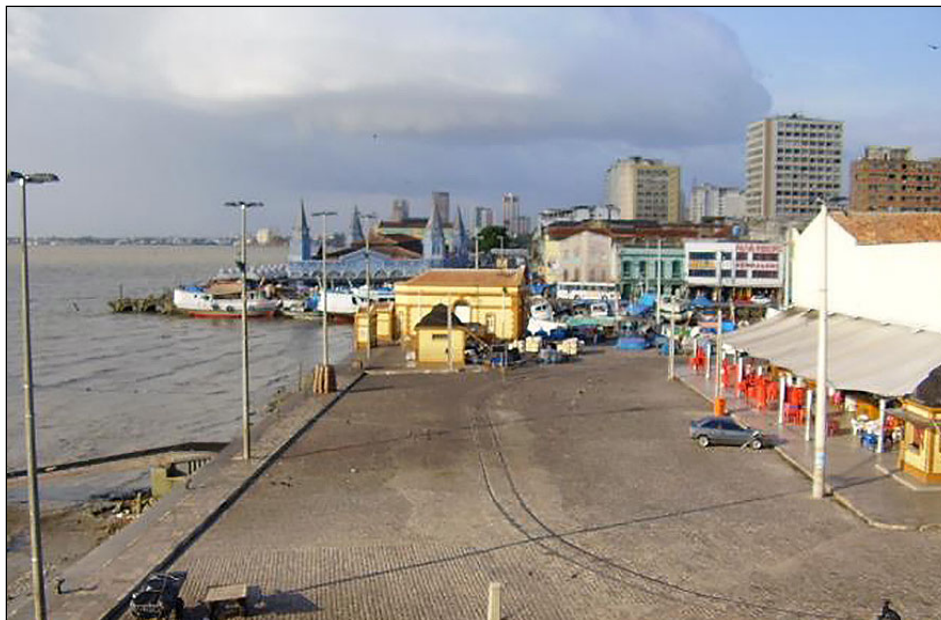
de expansão da cidade – Estrada de Nazareth e Estrada do Utinga – por meio de linhas de bondes elétricos, bem como abrigava seus primeiros edifícios verticalizados, ainda dos anos de 1940, como, por exemplo, o Edifício Manuel Pinto da Silva, que durante muitos anos foi considerado o mais alto e imponente edifício do norte do país.

Mudando o trajeto da caminhada, nos voltamos a partir de agora para olhar a orla fluvial de Belém, às margens da baía de Guajará, entre o complexo Ver-o-Peso e o Projeto “Belém Porto Futuro”, passando pela sua área portuária e destacando as intervenções urbanísticas que vem passando desde o início dos anos 2000.

O Ver-o-Peso, cuja origem se encontra na segunda metade do século XVII, no momento em que os portugueses estabeleceram uma maior rigidez no controle alfandegário da Amazônia, representa uma síntese dos diversos momentos pelos quais passou a cidade, tendo como testemunhas suas testemunhas ricas e belas obras arquitetônicas nele existentes, além de suas diferentes formas de apropriação e uso: o Mercado Municipal de Carne, construído por Francisco Bolonha; o Mercado de Ferro, ou de Peixe, com suas torres imponentes; o Solar da Beira, construção em estilo neoclássico, onde funcionava a antiga fiscalização municipal; a famosa feira do Ver-o-Peso “onde se encontra de tudo”, com seus saberes, sabores e odores; a Praça do Pescador, onde se pode desfrutar de uma bela paisagem e de um estacionamento (mas que por hora se encontra em reforma); a Praça do Relógio, com seus postes e luminárias; a Praça Esplanada dos Velames, agora transformada no setor de venda dos produtos industrializados da feira; o primeiro necrotério da cidade que depois foi transformado na Flora Regional e que hoje funciona como banheiro público; a feira do Açaí, um entreposto de comercialização do açaí, onde existem também quiosques de venda de comidas e bebidas; e a doca do Ver-o-Peso aonde chega não apenas produtos do rio e da floresta, mas também sonhos, desejos e sociabilidades (BELÉM, 2000).

Uma pequena pausa para falar do Ver-o-Peso nos permitiu registrar (Figura 4), a partir do Forte do Castelo, um pouco desse complexo e das transformações que vem ocorrendo no centro da cidade. No primeiro plano vemos a feira do açaí, aonde cotidianamente chega esse fruto indispensável à gastronomia paraense, observe no chão as marcas do trilho do bonde e ao fundo a construção em amarelo do antigo necrotério público; no segundo plano, observa-se em destaque o Mercado de Ferro (de peixe), na sua frente à Doca do Ver-o-Peso e a Pedra do Peixe com a presença de algumas embarcações típicas da região, a sua esquerda o casario onde funciona o comércio popular; num plano superior, alguns prédios do início da verticalização de Belém e bem ao fundo (distante na imagem), os novos “arranha-céus” dessa “Belém pós-moderna”.

Depois dessa pausa seguimos em direção a Estação das Docas, um projeto de revitalização urbana, realizado na antiga área portuária da cidade e inspirado nos *waterfront* como o de Puerto Madero (Buenos Aires – Argentina), em que foram aproveitados três grandes galpões do Porto da cidade, construídos no final do século XIX, para satisfazer às necessidades da exportação da borracha da Amazônia.



Fonte: Márcio Douglas Brito Amaral, Mar., 2017.

Figura 4. Visão parcial do Ver-o-Peso a partir do Forte do Castelo.

A Estação das Docas é um espaço de lazer e turismo voltado para as camadas solventes da cidade e para os turistas. Abrangendo uma área de 32 mil m², oferece serviços de bar-café, restaurantes, lojas, agências de turismo, bancos, cine-teatro com 400 lugares e dois memoriais: o memorial do Porto e o memorial da Fortaleza de São Pedro Nolasco. Na área externa possui extensa vista da Baía do Guajará, ornados pelos imensos guindastes da época áurea do porto, um estacionamento privativo e um terminal hidroviário para fins de turismo, com flutuante para atracação de barcos de passeios turísticos.

Depois da Estação das Docas, pelo lado da orla fluvial, encontra-se a chamada escadinha do cais do porto e uma Praça em homenagem a Pedro Teixeira e sua viagem pelo rio Amazonas em 1639. Essa escadinha é um ponto de encontro para eventos culturais e manifestações que irão percorrer a avenida Presidente Vargas, além de ser o local onde a imagem de Nossa Senhora de Nazaré desembarca no Círio fluvial. Na frente da praça, do outro lado da rua, encontra-se o imponente prédio da administração da Companhia Docas do Pará (CDP), antigo prédio da *Port of Pará*, empresa responsável pela construção do Porto de Belém (PENTEADO, 1968).

Atrás desse prédio da CDP está a Praça Maestro Waldemar Henrique, uma antiga praça com arquitetura modernista – a Praça Kenedy – que na gestão municipal do final da década de 1990, foi totalmente descaracterizada, para dar lugar a uma arquitetura que reproduz elementos da regionalidade amazônica e que representa o trabalho do maestro na cidade. Hoje a praça está totalmente abandonada e deteriorada.

Continuando a caminhada pela Avenida Marechal Hermes, na orla fluvial, tem-se a presença de diversos armazéns do Porto de Belém até chegar ao seu novo e moderno terminal hidroviário de passageiros, também construído em um dos antigos armazéns do porto, compondo mais um cenário do projeto de revitalização da área. Ressalta-se que esse terminal hidroviário está voltado, principalmente, para atender a circulação para a Ilha do Marajó, em seus famosos destinos turísticos de Soure e Salvaterra, bem como para recepcionar navios de cruzeiros que fazem suas paradas em Belém antes de adentrar os grandes rios em direção ao interior da floresta.

Na frente desse terminal foi construída e entregue no segundo semestre de 2020, por meio de recursos do Ministério da Integração Nacional, o Projeto Belém Porto Futuro, mais um dos grandes projetos urbanos de revitalização/requalificação no centro. Trata-se de um grande parque urbano espetacularizado que envolve a construção de uma ponte sobre a Doca de Souza Franco, a abertura da Rua Belém, interligando a Av. Pedro Álvares Cabral à travessa Rui Barbosa, a construção de estacionamento e praça gourmet, a reforma da Praça General Magalhães e a construção da Praça do Futuro.

O destino final de nossa caminhada é o bairro do Reduto, antigo bairro industrial de Belém, do período da “belle époque” até a primeira metade do século XX. Esse caráter industrial legou ao bairro do Reduto muitas rugosidades desse período, principalmente, de dois tipos: 1) espaços onde funcionavam indústrias, por exemplo, o antigo prédio da Fábrica Perseverança, um espaço que cobre mais de um grande quarteirão do bairro, onde atualmente funciona uma instituição de ensino privada, e a Fábrica Phebo, uma importante fábrica de sabonetes e perfumaria que foi adquirida por um grande grupo do sudeste do país; 2) as vilas operárias, espaços em que habitavam as famílias de trabalhadores (operários) e que hoje continuam a funcionar como habitações, por exemplo, a Vila Gomes Ferreira e as diversas vilas da Travessa Ó de Almeida. Ressalta-se, porém, que antes desse período já existiam espaços importantes na área, como por exemplo, a bateria de Santo Antônio, numa área que por muitos anos funcionou como batalhão da Polícia Militar.

Para finalizar, descrevemos brevemente alguns espaços que não podem deixar de serem vistos pelo caminhante nos bairros do entorno do centro histórico:

- a) o “Parque Naturalístico Mangal das Garças”, espaço de parque localizado às margens do rio Guamá, com borboletário, memorial da navegação amazônica, farol de Belém (torre de 40 metros que permite uma visualização de parte do centro histórico), armazém voltado à exposição e venda de plantas regionais, restaurante com elementos da alta gastronomia internacional e regional, trapiche para contemplar o rio Guamá;
- b) o Polo Joalheiro, uma área que já funcionou como convento, olaria, hospital e cadeia pública, que foi objeto de intervenção urbana por parte do governo do Estado do Pará e se transformou num espaço de lazer, turismo e cultura, com ambiente destinado a produção e venda de jóias com design exclusivo, um memorial do presídio que preserva uma antiga cela com exposição de artefatos encontrados com os detentos, uma sala para realização de concertos musicais na capela, e um local para exposição e venda de produtos regionais;
- c) a Praça Batista Campos, está localizada num bairro homônimo, habitado por classe de melhor poder aquisitivo da cidade. Trata-se, junto com a Praça da República, das mais importantes e suntuosas praças públicas da cidade, com a presença de corretos, arborização, lagos, pontes de madeira, espaço para prática de exercícios físicos, vendas de água de coco etc. Ressalta-se que se trata de um dos principais legados da belle époque. Além da praça, existe no bairro um patrimônio significativo do qual destacamos apenas o Horto Municipal e o Cemitério da Soledade, como exemplos.
- d) o Bairro de Nazaré, onde se encontra a famosa Basílica de Nossa Senhora de Nazaré. Trata-se da área de uma antiga estrada – a Estrada de Nazareth – que interligava o centro da cidade a ermida de Nossa Senhora de Nazaré, tendo sua ocupação ocorrida desde o final do século XVIII pelas rocinhas, pequenas propriedades rurais com campo, pomar, floresta e moradia, cujo exemplo é o Museu Paraense Emílio Goeldi. Do corredor da Av. Nazaré destaca-se o túnel de mangueiras, os antigos casarões dos barões da borracha e a Igreja e o Largo, ao final do trajeto; da Av. Governador José Malcher, outra via importante do bairro, destaca-se o Memorial

dos Povos, um memorial dedicado ao povo de Belém e sua diversidade étnica (portugueses, espanhóis, africanos, indígenas, árabes, libaneses etc.); e o Palacete Bolonha, um presente dado pelo engenheiro Francisco Bolonha a sua esposa Aline Tem-Brink, uma construção eclética (*Art nouveau*, gótico, romântico) de quatro pavimentos que busca reproduzir (dentro e fora) o que havia de mais moderno no mundo no início do séc. XX.

b) Ver e sentir os usos do território do Centro belenense como *Palimpsesto*

Conforme dito anteriormente a configuração territorial do centro histórico de Belém e do seu entorno está relacionado aos processos mais gerais em que a cidade e a região estavam inseridas nos diferentes momentos de sua formação socioespacial que será aqui laconicamente tratada.

Para Corrêa (1987), duas estratégias geopolíticas foram utilizadas por Portugal para promover o domínio territorial do vale amazônico: a construção de fortes (conquista militar) e o estabelecimento de missões religiosas (conquista espiritual). A primeira foi realizada na embocadura do rio Amazonas e na confluência com seus principais tributários; e a segunda era a forma menos custosa para garantir o domínio do espaço amazônico, periférico às grandes correntes do comércio mundial.

Essas duas estratégias vão se refletir na cidade numa produção do espaço que ficou restrita aos arruamentos e as concepções de fortes, igrejas e conventos (CORRÊA, 1987). Como a expansão da cidade estava direcionada para as terras de cotas mais elevadas, a paisagem da cidade foi se configurando em dois bairros: o da cidade, núcleo inicial da Cidade denominado de “Feliz Lusitânia”, e o da Campina, núcleo de ocupação mais recente, que juntos compõe, em grande medida, o Centro Histórico de Belém.

A partir de 1750 uma nova estratégia foi implantada na Amazônia, denominada de “política pombalina”, que se caracteriza, dentre outras coisas, pela criação da Cia. de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, pela expulsão dos jesuítas, pela introdução da mão-de-obra do escravo africano e pelo estímulo à produção agrícola produtiva para o comércio (CORRÊA, 1987). Nesse período, Portugal buscou empreender um ambicioso projeto de reforma no sentido de estabelecer uma aliança entre a monarquia absoluta e o capital comercial, rompendo, sua dependência em relação à Inglaterra. Para as colônias estimulou a agricultura e a pecuária com maior controle das atividades produtivas, e expandiu a presença do escravo africano no lugar do indígena (CORRÊA, 1987).

Para Belém destaca-se, nesse momento, a presença do arquiteto bolonhês Antônio José Landi, peça fundamental na produção da fisionomia urbana de Belém de influência italiana, pois atuou em inúmeros projetos, tanto do poder público (Palácio Lauro Sodré), quanto da iniciativa privada (residências particulares como a Casa Rosada) e religiosa (como a fachada da Igreja da Sé e do Carmo, construção da Igreja São João Batista e Santana). Os trabalhos de Landi ficaram marcados na história da arquitetura da Amazônia por sua suntuosidade e grandiosidade, produzindo verdadeiras obras de artes na cidade (CORRÊA, 1987; PENTEADO, 1968).

Outro momento fundamental na produção do centro histórico de Belém foi o período da “belle époque”, período áureo da borracha. Nesse momento muitas modificações ocorreram na região e no espaço urbano das suas principais cidades, Manaus e Belém. Foi um momento de muita riqueza, em que se superou o problema do transporte e da mão-de-obra, havendo uma maior oferta de capitais para financiar a produção e um reforço ao sistema de aviação, elemento viabilizador da produção, da circulação, do consumo e da estrutura de poder (CORRÊA, 1987).

Para Sarges (2002), Belém nessa fase áurea da borracha, tornou-se um porto exportador tanto de bens materiais (látex), quanto de bens culturais (vanguarda cultural da Amazônia). Tendo Paris como modelo de *urbe*, Belém passou a ser foco de um conjunto de intervenções urbanísticas, realizadas durante o governo de Antônio Lemos, no sentido de torná-la uma cidade moderna e civilizada ao estilo europeu. Desse modo, a modernização e a reformar da cidade ocorreu, segundo Sarges (2002, p. 162), por meio da construção de boulevards, de quiosques, da arborização da cidade, da instalação de bosques, do embelezamento de praças e da instalação de monumentos, do calçamento de ruas com a dotação de iluminação elétrica e de bondes, da concentração e venda de alimentos em mercados e do recolhimento de mendigos em asilo. Contraditoriamente, nesse momento de fausto, ocorreu a maior presença da segregação socioespacial que submeteu as camadas populares a viverem nas áreas de “baixadas”.

A partir de meados do século XX Belém passou por uma significativa transformação em sua estrutura socioespacial, entendida por Trindade Júnior. (2016) como uma reestruturação metropolitana. Esse fenômeno, segundo o autor, ocorreu em dois momentos distintos que marcaram a conformação da forma espacial da metrópole belenense: a forma metropolitana compacta ou confinada e a forma metropolitana dispersa. Levando em consideração o processo de desconcentração dos assentamentos urbanos, em que se observa uma crescente periferação dirigida para áreas distantes do núcleo metropolitano via ação de assentamentos planejados, dirigidos e espontâneos.

Esse mesmo autor em recente trabalho (TRINDADE JÚNIOR, 2018) mostra que esse centro, formado basicamente pelos bairros da Cidade Velha e Campina, passou por mutações ao longo do tempo. No final do século XIX e início do século XX, no período da belle époque, era apropriado pelas elites, que lhe deram um ar de higienização, por meio de sua arquitetura de ferro e de seu desenho artisticamente elaborado com elementos do *Art Nouveau* e do *Art Décor*. Já na segunda metade do século XX esse centro havia se transformado, em função de seu adensamento com a população de baixa renda das áreas de baixada centralmente localizadas, e da presença do comércio popular e de práticas relacionadas ao circuito inferior da economia urbana.

Um último aspecto a ser considerado acerca do centro histórico e de seu entorno é a presença – desde os anos de 1990 – de intervenções urbanas voltadas à sua requalificação urbana e um discurso de “retorno ao centro” no sentido de promover a sua “preservação patrimonial” por meio de usos voltados a cultura, o lazer e o turismo, mas também garantindo espaços de consumo e de convivência para as classes médias e altas da cidade. Ressaltamos, porém, que esse “retorno ao centro”, na verdade, de sua retomada pelas classes de melhor poder aquisitivo da cidade, desde as décadas de 1990 e de 2000 faz parte das políticas urbanas emergentes que passam a se fazer presentes na agenda dos governos brasileiros com o intuito de promover a cidade, transformando-a em mercadoria e objeto de consumo para uma demanda solvente.

Um dos símbolos dessa retomada do centro pelas elites da cidade é a Estação das Docas (Figura 5), já comentada anteriormente, e que representa a melhor expressão desse movimento que a cidade vem passando, um movimento de competitividade pela atração de capital e de pessoas (demanda solvente), que tem exigido a produção de espaços do espetáculo e do marketing urbano, em que o rio compõe uma paisagem contemplativa que o nega como território de uso cotidiano.

Esse novo uso do território no centro histórico e seu entorno tem sido analisados, dentre outros, por Trindade Junior e Amaral (2006) que afirmam que esse “retorno” está baseado numa perspectiva estratégica de gestão que busca construir uma nova imagem de

cidade para Belém a partir do seu centro e de sua orla fluvial renovados e modernizados. E, Trindade Junior (2018), que entende que essa reinvenção do centro desconsidera os usos e práticas territoriais nele existentes, recriando novos fluxos de visitantes e frequentadores que para lá se deslocam em função da projeção da cidade via as experiências de requalificação.



Fonte: Márcio Douglas Brito Amaral, Mar., 2018.

Figura 5. Estação das Docas.

Paralelo a isso, pode-se dizer que o Centro Histórico está cercado por uma muralha num formato de um arco composto pelos bairros de classe média e alta de Belém como Umarizal, Nazaré e Batista Campos que apresenta uma forte dinâmica imobiliária e de serviços avançados, com edifícios de alto padrão voltados à moradia e com modernos condomínios, “prédios inteligentes” onde funcionam escritórios e consultórios especializados, shopping Center, hipermercado, Pubs, boates, casas de espetáculo, restaurantes, academias, universidades devotados a essa solvabilidade.

c) Ver e sentir os usos do território do Centro belenense como *Cenário*

A vida cotidiana no Centro Histórico de Belém e no seu entorno se compõe de territórios usados para fins de lazer (de turismo e cultura), de trabalho e de moradia. Portanto, nossa caminhada se encerra apontando alguns aspectos dessas diferentes formas de uso do centro. Como nosso tempo é exíguo e nosso corpo está cansado, destacaremos apenas alguns espaços representativos dessas formas de uso.

O Centro Histórico de Belém vem assumindo desde a década de 90, do século XX, um uso voltado ao lazer, ao turismo e a cultura. Essa forma de uso do território está relacionada ao novo significado assumido pelas áreas centrais no mundo e no Brasil e que tem recebido a atenção de diferentes analistas como, por exemplo, Smith (2006) que denomina esse processo de gentrificação, uma estratégia urbana global de reconquista da

cidade pelos brancos da classe média e alta, e Van Criekingen (2006) que entende que a gentrificação mascara a diversidade interna de outros processos de revitalização como, por exemplo, a “gentrificação do consumo”.

Quando olhamos para o centro de Belém, o que enxergamos são esses espaços de consumo voltados para as classes médias e altas, tanto aqueles produzidos pelo Estado, tais como, Estação das Docas, Feliz Lusitânia, Mangal das Garças, Polo Joalheiro, Bar do Parque etc., quanto os realizados pela iniciativa privada, como restaurantes de cozinha regional e internacional, bares, casas de show, espaços culturais (teatro, galeria) etc., existentes em espaços de antigos casarões (revitalizados) do centro que tem se beneficiado da centralidade exercida pelas intervenções públicas.

O uso do centro como um território de trabalho é um aspecto fundamental para sua vida de relações. Uma simples caminhada durante um dia comum da semana torna-se uma verdadeira aventura, seja pela quantidade de automóveis e ônibus que convergem para essa área, seja pela quantidade de pedestres (consumidores, trabalhadores, frequentadores, moradores) que circulam em busca de consumo de mercadorias, mas também, em busca do consumo desse território da cidade. Neste sentido, destaca-se a Campina, pela densidade de trabalhadores que atuam no comércio popular e no circuito inferior da economia; o complexo do Ver-o-Peso, que se destaca como um espaço de sobrevivência para uma grande massa de trabalhadores da cidade que atuam na comercialização de carne, pescado, alimentos diversos, frutas, verduras, artesanato, ervas, banhos, animais vivos etc. e que a partir dele produzem uma forte identidade territorial urbana; as ruas da Cidade Velha com seus portos, trapiches e feira que recebem e levam populações das mais variadas cidades do Baixo Tocantins, das Ilhas do entorno da cidade e, também, do Marajó.

Essa forma de uso do território voltado ao trabalho no Centro Histórico não tem recebido a atenção devida do Estado, em suas diferentes instâncias, em que pese algumas políticas realizadas no final da década de 1990 e início de 2000, particularmente o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável do Centro Histórico (PDLS), no geral, essa forma de uso do centro não tem sido reconhecida nas requalificações urbana que privilegiam a produção de espaços de lazer, cultura e turismo para atender a demanda da classe média e alta que vive em bairros que cercam o centro e seu entorno.

Por fim, o último uso do território que destacamos refere-se à habitação. Um olhar atento do caminhante permite que se perceba o quanto o Centro Histórico é importante em termos de habitação, seja na Cidade Velha, com seus casarões antigos e com o “Beco do Carmo”, o Reduto, com suas diversas “vilas operárias” e prédios de apartamento, e a Campina com muitos de seus casarões tendo sido transformados em cortiços ou moradia precária, mas também com sua área moderna e verticalizada da Av. Presidente Vargas e da área do entorno da Praça da República (Figura 6).



Fonte: Márcio Douglas Brito Amaral, Nov., 2019.

Figura 6. Padrão construtivo contrastante do Reduto e do Umarizal.

Conforme podemos ver na Figura 6, feita de um shopping de alto padrão na Av. Doca de Souza Franco, existe ainda um grande contraste em termos de verticalização e de padrão construtivo entre o bairro do Reduto, área do entorno do Centro Histórico, e o bairro do Umarizal, um dos metros quadrados mais caros da cidade e um espaço altamente dinâmico de expansão do mercado imobiliário que se utiliza do discurso do acesso ao centro e a sua orla fluvial em suas campanhas publicitárias e de marketing.

Para finalizar, é importante ressaltar que por mais que esse centro seja importante em termos de habitação, a nova classe média e alta de Belém não enxerga nele uma possibilidade de espaço para moradia, preferindo habitar em apartamentos modernos (Figura 6), com suas áreas de lazer completas dos bairros Umarizal, Nazaré e Batista Campos e, por vezes, fazer uso desse território requalificado para fins de consumo no Centro Histórico (TRINDADE JUNIOR, 2018).

EM CAMINHADA

É sabido que a cidade, em sua magnitude, é inatingível. Impossível capturar todos os seus movimentos (físicos e simbólicos) diante de tamanha complexidade, pluralidade e superposição de ordens espaciais e temporais. Em todo caso, neste artigo defendemos que caminhando, *intencionalmente*, é possível nos aproximarmos sensivelmente de sua vivacidade. Para tanto, como *óculos* investigativos, propusemos o sentir a cidade pela tônica conceitual dada pelo uso do território. Defendemos que caminhar com tais óculos pode diminuir a alienação que tanto nos distancia da cidade como ela é, profunda, escapista à nossa capacidade de ver e sentir.

No tocante ao caminhar pelos Centros Históricos de São Luís-MA e de Belém-PA, é possível verificar que embora existam usos diversos do território, o que se observa é que as políticas de intervenção urbana realizadas pelos Estados nestes espaços têm privilegiado o seu uso para fins de lazer, turismo e *cultura*, ficando à margem experiências

de uso ligadas à habitação, por exemplo. O trabalho revela outro uso que nos centros em questão merece análise, ainda que não apresente uma situação tão flagrante quanto à habitação. A noção de ler a cidade como obra, palimpsesto e cenário contribui para a investigação geográfica acerca dos usos atribuídos ao espaço, e desse como território, de onde pode emergir a vida por uma perspectiva mais humana ou onde homens e mulheres têm as suas cidadanias obscurecidas pela desigualdade social.

Convém ressaltarmos ainda que, ironicamente, escrevemos este artigo – que trata sobre caminhar pela cidade – entre os meses de março e maio de 2020, período em que o mundo – com São Luís-MA e Belém-PA não foi diferente –, impunha e/ou recomendava que as pessoas ficassem em distanciamento social, fato ocorrido por conta da Pandemia provocada pelo vírus Sars-Cov2/Novo corona vírus. Com isso, queremos dizer que mesmo em casa, que é um espaço essencial à reconstituição dos sujeitos e das suas vidas imaginadas (BACHELARD, 2008), percebemos-nos apreensivos e, inevitavelmente, vimos e sentimos a nossa *geografia* (praticada) sendo restringida, esvaziada de abraços e encontros pela cidade, sem Centros para contar história.

Apostamos que muitos foram aqueles que sentiram o peso de não poder *bater perna* por aí. A cidade não podia mais ser encontrada com tranquilidade, em sua agitação ordinária. A ida à esquina, ao mercado, à padaria, enfim, ações banais do dia-a-dia foram significadas por olhares e distâncias entre os corpos que revelavam sentimento de temor. Uma vez em pé, embora as direções permanecessem ali, tivemos nossos horizontes de vida limitados (DARDEL, 2011). Mesmo que os pés tivessem aptos e desejosos de rua, a consciência (por que não dizer *geográfica*?), em grande parte alimentada por estímulos vindos de diversos *cantos do mundo*, nos indicava que os exercícios mais seguros eram feitos em casa, e com todos os cuidados devidos.

Por fim, mas *em caminhada*, esperamos que os isolamentos sociais pelos quais vivemos nos façam ver e sentir a cidade de outra forma. Que esta travessia de algum modo faça que o poder público considere a importância social de idealizar “Cidades Para Pessoas” (GEHL, 2015), um tipo de “Cidade Caminhável” (SPECK, 2016), assegurando “O Espaço do Cidadão” (SANTOS, 2000). Pura ilusão? Que saibamos engendrar pensamentos utópicos, como nos ensina Paulo Freire (2019) em “Pedagogia da Esperança”; utopia que tem caráter pedagógico, praticável no dia a dia, lutando esperançosamente que assim o mundo se moverá.

Inviável mobilizar em um único parágrafo as ideias, ainda que pontuais, respectivamente, de um arquiteto, de um urbanista, de um geógrafo e de um educador? Num esforço para tratar de cidade, não! O que tem se tornado cada vez mais inviável é a forma como as cidades desrespeitam os seus caminhantes. Se os nossos governantes lessem e levassem a sério as obras citadas, as cidades que caminhamos seriam esteticamente outras. Até lá, pegando carona nos passos do filósofo Adriano Labbucci (2013), a fim de centralizarmos novas histórias, aqui paramos e gritamos silenciosamente:

“Caminhantes de todo o mundo, unamo-nos”.

NOTAS

3 Neste artigo usaremos fotografias autorais. A escolha por não inserir *fotografias antigas*, e de outros autores, em nada tem a ver com o não reconhecimento de seus valores estético-pedagógicos e testemunhais. Até ensaiamos fazê-lo, porém, estas seções do texto ficariam demasiadamente extensas. Outra questão diz respeito aos créditos pelo uso do material.

Portanto, privilegiamos registros de nossas caminhadas, e assim dotados de nossas visões e sentimentos pelos centros históricos estudados.

4 À guisa de informação, em seu Diário, Josué Montello sinaliza sobre as caminhadas que fazia em São Luís a fim de capturar a cidade e dar forma aos seus personagens. E não nos enganemos, isso era feito quando o autor já tinha obtido embasamento teórico indicativo sobre aquela história e sociedade. Ver: MONTELLO, Josué. *Diário Completo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

5 Estas palavras são do poeta Paul Claudel. Nós as retiramos dos escritos do geógrafo Jean Marc Besse. Ver: BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: exercícios da paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. Neste livro o autor utiliza este trecho como epigrafe do capítulo II: *Geografias aéreas*.

6 Salientamos que em 2019 foi inaugurado no Centro Histórico um museu específico sobre a cultura Tambor de Crioula. Este é um espaço que também se localiza na Praia Grande, na área do *Reviver*.

7 Ver: FREIRE, Karla. *Onde o reggae é a lei*. São Luís: Jamaica brasileira? São Luís: EDUFMA, 2012.

8 Fazendo-nos de um trocadilho, esclarecemos que “pedra” é como conhecido, nos salões de reggae de São Luís, a música (*roots*) capaz de sacudir a *rapaziada*, fazendo levantar/dançar geral.

9 Ao contrário dos esclarecimentos que tecemos quando discorremos sobre o guaraná Jesus e sobre a cerveja magnífica, aqui não os faremos sobre os produtos citados neste parágrafo. Entrar em mercados e experimentar de seus gostos nos faz assinalar muito dos saberes e preferências do povo dali...

10 Landi foi considerado o grande arquiteto da “Belém Pombalina”, sendo seus projetos considerados dos mais expressivos do iluminismo pombalino no Brasil colônia. Dentre suas obras, podemos citar: o Antigo Hospital Militar (1765), o Palácio dos Governadores (1772), a Igreja da Sé (concluída sob sua orientação em 1771), a Capela de São João Batista (1772), a Igreja da Santana (1772), o Convento e Igreja do Carmo (concluídos sob sua orientação em 1784), o Convento e Igreja dos Mercedários (1784), a Capela Pombo (1790) e a Igreja do Rosário (concluída depois de sua morte) (BELÉM, 1997).

11 Trata-se de uma construção religiosa – a Basílica de Nazaré – erguida em homenagem a Virgem de Nazaré, e que todos os anos recebe milhões de romeiros para procissão do Círio de Nazaré, uma das principais festas religiosas do Brasil, que percorre parte do centro histórico de Belém num trajeto da Catedral da Sé, na Cidade Velha, passando pela Boulevard Castilhos França até o limite com a Av. Presidente Vargas, que é totalmente percorrida, até a Av. Nazaré que, por sua vez, é percorrida até a Basílica.

12 Espaços de cotas de altimetrias abaixo de quatro metros, sem infraestrutura urbana e ambientalmente degradada.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARROS, M. C.; TAVARES, M. G. da C. **Cidade, patrimônio e turismo**: a memória socioespacial da *Belle Époque* em Belém como instrumento de educação patrimonial. Relatório de Pesquisa. Belém: UFPA, 2016. (Mimeo).

BELÉM (Cidade). Prefeitura Municipal. **Projeto via dos mercados**: recuperação de fachadas da rua João Alfredo. Belém, 1997.

- BELÉM (Cidade). Prefeitura Municipal **Plano de reestruturação da orla de Belém**: (PRO – Belém). Belém: PMB, 2000.
- BELÉM (Cidade). Prefeitura Municipal. **Projeto de reabilitação do buraco da palmeira**: metodologia para intervenção. Belém: Prefeitura Municipal, 2001.
- BEZERRA, D. A.; CARDOSO, C. A. de A. A arte de caminhar na cidade: educando o olhar geográfico em andanças no centro de Campina Grande-PB. In: BARRETO, A. de L. P.; ASSIS, L. F. de; SILVA, V. de M. (org.). **Educação e sociedade**: espaços formativos e práticas docentes. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.
- BOGÉA, S. K.; BRITO, S. R. S. de; PESTANA, R. G. **Centro Histórico de São Luís**: Patrimônio Mundial. IPHAN, São Luís, 2007.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Geografia cultural**: uma antologia I. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.
- CALDERONI, V. Juventude em marcha. In: **5 a seco**. São Paulo: Direto, Label Tratore, produção independente, 2012, 1 CD.
- CALLAI, H. C. Apresentação: em busca de fazer a educação geográfica. In: CALLAI, H. C. (org.). **Educação geográfica**: reflexão e prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.
- CARNEY, G. O. Música e lugar. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- CAVALCANTI, L. de S. de. A cidade ensinada e a cidade vivida: encontros e reflexões no ensino de geografia. In: CAVALCANTI, L. de S. de (org.). **Temas da geografia na escola básica**. Campinas, SP: Papirus, 2013.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano, 1**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, 1987.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- COSTA, A. K. F. **Ações educativas e práticas preservacionistas no Centro Histórico de São Luís no período de 1995-2008**. São Luís: EDUFMA, 2016.
- CRESSWELL, T.; MERRIMAN, P. (Ed.). **Geographies of mobilities**: practices, spaces, subjects. Farnham: Ashgate Publishing, Ltd., 2011.
- DARDEL, E. **O homem e a terra**: a natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 25. ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GOMES, P. C. da C. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- HISSA, C. E. V. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: UFMG, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Brasil/ Maranhão/São Luís**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/historico>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- LABBUCCI, A. **Caminhar, uma revolução**. Tradução de Sérgio Maduro. São Paulo: Martins Fontes: Selo Martins, 2013.
- MARTINS, A. **São Luís**: fundamentos históricos do patrimônio cultural: Séc. XVII,

- XVIII e XIX. São Luís: Sanluiz, 2012.
- MONTELLO, J. **Os tambores de São Luís**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- NORONHA, R. G. **No coração da Praia Grande**: representações sobre a noção de patrimônio na Feira da Praia Grande. São Luís: EDUFMA, 2015.
- PENTEADO, A. R. **Belém do Pará**: estudo de geografia urbana. Belém: UFPA, 1968. 2 v. (Coleção Amazônica).
- QUINTANA, M. **Sapato florido**. São Paulo: Globo, 2005. (Coleção Mário Quintana).
- REIS, E. T. dos. Em nome da “cultura”: porta-vozes, mediações referenciais de políticas públicas no Maranhão. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 499-523, set./dez. 2010.
- RIBEIRO, A. C. T. Territórios da sociedade. In: SILVA, C. A. (org.). **Território e ação social**: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. v. 5.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.
- SARGES, M. de N. **Belém**: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). 2. ed. Belém: Editora Paka-Tatu, 2002.
- SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.
- SPECK, J. **Cidade caminhável**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- SOUSA NETO, M. F. de. **Aula de geografia e algumas crônicas**. Campina Grande: Bagagem, 2008.
- TRINDADE JUNIOR., S.-C C. Diferenciação territorial e urbano diversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, v. 7, n. 12, p. 227-255, jul./dez. 2010.
- TRINDADE JUNIOR., S.-C C. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Paka-Tatu, 2016.
- TRINDADE JUNIOR., S.-C C. Um “skyline” em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. **Revista Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 21, n. 1, p. 57-78, jan./abr. 2018.
- TRINDADE JUNIOR., S.-C. C.; AMARAL, M. D. B. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 73-103, jul./dez., 2006.
- TUAN, Yi-Fu. **On Walking**. 2012. Disponível em: <http://www.yifutuan.org/archive/2012/2012onwalking.htm>. Acesso: 27 mar. 2020.
- VAN CRIEKENGEN, M. A cidade renasce! formas, políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.
- VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: UFPR, 2004.